ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

LEI MUNICIPAL Nº 027 DE 02 DE JULHO DE 1991.

Cria o Código de Posturas do Município de Codajás.

O Cidadão AMÓS PEREIRA BRAGA, Prefeito Municipal de Codajás Estado do Amazonas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Codajás, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artº. 1º - A utilização do espaço do Município e o Bem Público são regidos pela presente Lei, observadas as normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

CAPÍTULO II
DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO
SEÇÃO I
DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artº. 2º - O Serviço de Limpeza das Ruas, praças e logradouros Públicos, será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta do lixo domiciliar.

Artº. 3º - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio fronteiriço à sua residência.

§ Único - É proibido varrer lixos e detritos de qualquer' natureza para o leito carroçável dos logradouros públicos e canais ' de drenagem de água pluviais.

Artº. 4º - O lixo das habitações será recolhido em vasi-/ lha apropriada, para ser removido pelo serviço de coleta domiciliar.

Artº. 5º - O despejo de lixo em terrenos baldios, canais' de drenagem de água pluviais e logradouros públicos acarretará multa aos infratores.

Artº. 6º - É proibido o embaraço ao livre-trânsito de pes

Art. 5º - O despejo de lixo em terrenos baldios, canais de drenagem de águas pluviais e logradouros públicos acarretará multa aos infratores.

Art. 6º - É proibido o embaraço ao livre-trânsito de pessoas, por qualquer meio, nos logradouros públicos, exceto em virtude de obras públicas ou quando exigências policiais determinarem.

Art. 7º - Na descarga de materiais que não possa ser feita diretamente do ou para o interior dos prédios e terrenos, deverá ser providenciada a desobstrução do passeio ou do logradouro público em 24(vinte e quatro) horas, sob pena de multa.

Art. 8º - A danificação da pavimentação pública deverá ser refeita pelo responsável dentro de 24(vinte e quatro) horas, sob pena de execução pela Prefeitura, aplicação de multa e cobrança, inclusive por via Judicial, das despesas realizadas

§ Único - Nas obras, instalações e ligações dos Concessionários de serviços públicos, água, luz, esgoto, telefone - deverá haver a prévia licença municipal e o pagamento da respectiva taxa.

Art. 9º - A Prefeitura poderá impedir o transito de qualquer meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 10 - Para os comícios ou festividades cívicas religiosos ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que previamente seja solicitada à Prefeitura a aprovação de sua localização.

§ 1º - Na localização de coretos ou palanques deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) - Não prejudicar o calçamento nem o escoamento de águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis os estragos verificados;

b) - Serem removidos no prazo de 24(vinte e quatro) horas após o encerramento de evento.

Art. 11 - Nas obras, não será permitido além do alinhamento do terreno, a ocupação de qualquer parte do passeio público com materiais de construção.

Art. 12 - O passeio público deverá ser mantido livre e desobstruído para os pedestres, sendo proibidas quaisquer construções, cercas ou coberturas fixas.

§ Único - Os estabelecimentos Comerciais que pretenderem utilizar parte do passeio público com mesas e cadeiras móveis, deverão requerer previamente uma licença na Prefeitura.

SEÇÃO II

DO MEIO-AMBIENTE E BEM-ESTAR PÚBLICO

Art. 13 - É proibido podar, cortar, danificar, derrubar ou remover árvores da arborização pública, sendo esses serviços da atribuição exclusiva da Prefeitura.

§ Único - Todo aquele que não cumprir o disposto no "caput" será multado e processado nos termos desta Lei e dos Códigos Civil, Criminal e Florestal.

Art. 14 - Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para a colocação de faixas, cartazes, cabos, fios, suportes ou apoios para objeto de qualquer natureza.

Art. 15 - Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas as medidas preventivas:

I - Preparação de aceiros com no mínimo 7(sete)metros de larguras;

II - Aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 06(seis) horas, sobre a queimada a ser feita;

§ 1º - Aqueles que promoverem queimadas, civil e criminalmente serão responsáveis pelos eventuais prejuízos causados aos seus vizinhos.

Art. 16 - É expressamente proibido perturbar o sossêgo público com sons ou ruidos excessivos.

§ 1º - Bares, Clubes e similares deverão requerer previamente licença para a utilização de aparelhos sonoros ou música ao vivo.

§ 2º - A concessão será sempre em caráter precário, sujeita a cassação sempre que for extrapolada as condições estabelecidas pela licença, ou excesso no nível do som.

Art. 17 - Os proprietários de terrenos ou lotes urbanos serão obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

Art. 18 - Os proprietários de terrenos, lotes ou edificações urbanas serão obrigados a calçar ou cimentar o passeio público fronteiriço à sua propriedade, dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

CAPÍTULO III

DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 19 - Nenhum estabelecimento comercial, Industrial ou prestador de Serviços Autônomos poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados, é mediante o pagamento dos tributos devidos.

§ Único - O requerimento deverá ser instruído com documentos comprobatórios de situação regularizada perante a Secretaria da Fazenda Estadual, quando for o caso; do Cadastro Geral do Ministério da Fazenda, do Instituto Nacional de Previdência Social e outros que legalmente se fizerem necessários.

Art. 20 - Para as atividades que envolvam a Saúde Pública, tais como; açougues, padarias, restaurantes, bares, peixarias, hotéis e outros estabelecimentos congêneres, será sempre necessário uma prévia inspeção sanitária feita pela SEMS-Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 21 - Todo o estabelecimento licenciado, deverá afixar em lugar visível o alvará concedido e o exibirá sempre' que a fiscalização o exigir.

Art. 22 - Para mudança de local do estabelecimento' comercial ou ináustrial, deverá ser previamente requerido à Prefeitura Municipal a competente licença.

Art. 23 - O exercício de comercio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de acôrdo ' com as prescrições da Legislação Fiscal do Município.

§ Único - Ao ambulante é proibido exercer sua atividade fora dos locais previamente determinados pela licença Municipal.

Art. 24 - O horário de abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais obedecerão aos preceitos da Legislação Federal que regulam os contratos e condições de Trabalho dos empregados.

§ 1º - A Prefeitura poderá fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais de acordo com sua espécie, de modo que não causem incômodos à vizinhança.

§ 2º - As farmacias poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia e da noite.

Art. 25 - Para a realização de festejos ou eventos públicos em recintos fechados e de acesso ao público, será obrigatória a licença Municipal.

§ Único - Somente será concedida a licença desde ' que instruída com prévia autorização policial e comprovação do pagamento da taxa de policiamento.

Art. 26 - Nos recintos fechados de acesso ao público observar-se-ão:

I - Obrigatoriedade de sanitários feminino e masculino, higiênicamente limpos, com pia e torneira de água potável e com suas portas indevassadas ao salão;

II - As portas de acesso serão livre e desimpedi

dos de quaisquer objetos ou obstáculos que possam impedir a retirada rápida do público nas emergências;

III - Obrigatoriamente deverão ter sistema para a renovação do ar, seja natural ou artificial.

Art. 27 - Os programas anunciados em eventos ou festejos públicos, deverão ser obrigatoriamente executados, sob pena de devolução, por parte dos organizadores responsáveis, do preço integral pago pelos usuários.

Art. 28 - Nenhuma propaganda ou exploração dos meios de comunicação publicitária poderá ser efetuada ou colocada em vias de logradouros públicos sem licença e pagamento das taxas Municipais.

Art. 29 - A propaganda política restringir-se-á aos locais indicados previamente pela Prefeitura, com iguais condições para todos os Partidos legalmente aptos.

§ Único - A propaganda política será isenta do pagamento de taxas ou tributos.

Art. 30 - A propaganda de qualquer espécie feita em prédios, logradouros e vias públicas, sujeitará os infratores a multa e demais sanções legais.

§ Único - No caso de propaganda política, os candidatos e os Partidos serão responsabilizados pelos danos e sujeitos aos reparos necessários, além de multados.

CAPÍTULO IV

DAS OBRAS E CONSTRUÇÕES

Art. 31 - Nenhuma construção poderá ser iniciada sem prévia autorização Municipal.

Art. 32 - Todo aquele que pretenda construir deverá apresentar documento de propriedade, posse ou autorização legal do proprietário do lote ou terreno.

Art. 33 - As construções residenciais deverão obedecer os seguintes preceitos:

I - Recúo lateral-mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa;

II - Recúo frontal e de fundos-mínimo de 3,00m (três metros), medidos do passeio público e divisa respectivamente;

III - Nos dormitórios-janelas com vão-livre mínimo de 1,50m^2 (um metro e cinquenta centímetros quadrados);

IV - Nos banheiros-janelas com vão-livre mínimo de 0,60m^2 (sessenta centímetros quadrados);

V - Nas cozinhas-janelas com vão-livre mínimo de 1,00m^2(um metro quadrado);

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 - Os loteamentos deverão observar a legislação Federal, sendo permitida como área mínima dos lotes 125,00m^2 (cento e vinte e cinco metros quadrados); as ruas deverão seguir o Plano Urbanístico Municipal e as quadras necessariamente terão 66,00m (sessenta e seis) metros de extensão.

§ Único - Os condomínios, poderão obedecer padrão próprio, desde que os limites se enquadrem no Plano Urbanístico Municipal e as suas ruas interiores tenham, no mínimo, 8,00m(oito) metros de largura.

Art. 35 - Os "Flutuantes", sejam residenciais ou comerciais, obedecerão as normas de postura para as construções fixas no que couber, e as ordenadas da União e do Estado.

§ Único - Deverão cumprir quanto a segurança, local e distância de atracação, a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 36 - Os estabelecimentos comerciais, industriais e locais de grande afluxo público, deverão ser equipados com extintores de incêndio.

Art. 37 - É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Art. 38 - Os animais encontrados em vias e logradouros públicos serão recolhidos ao Depósito Municipal, onde deverão ser retirados pelos seus proprietários dentro de 03(três) dias, mediante o pagamento de multa e da taxa de manutenção.

§ 1º - O animal não retirado dentro de prazo do caput poderá, ser ofertado a quem possa cuidar da sua guarda ou enviado ao Serviço de Zoonoses do Estado do Amazonas.

§ 2º - Poderá a Prefeitura efetuar a venda do animal apreendido e não retirado dentro do prazo legal, através hasta pública precedida de edital.

Art. 39 - Os proprietários de lotes ou terrenos serão obrigados a extinguir os formigueiros da sua propriedade, desde que estejam causando danos aos vizinhos.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 40 - A infração de qualquer dispositivo da presente Lei, ensejará ao infrator, sem prejuízo das ações civil e criminal cabíveis, notificação para a regularização da situação dentro do prazo que lhe for estabelecido.

Art. 41 - O decurso de prazo da notificação, sem que tenha sido regularizada a situação que lhe deu causa, ou ainda a reincidência da infração, sujeitará o infrator a multas variaveis por dia de prosseguimento da infração.

Art. 42 - Os valores das multas serão os seguintes, de acôrdo com as infrações:

I - Por infração ao disposto no Capítulo II- Seção I, Cr$-5.000,00 (cinco mil cruzeiros;

II - Por infração ao disposto no Capítulo II- Seção II, Cr$-5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

III - Por infração ao disposto no Capítulo III- Seção I, Cr$-10.000,00 (dez mil cruzeiros);

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

IV - Por infração ao disposto no Capítulo IV Cr$-10.000,00 (dez mil cruzeiros);

V - Por infração ao disposto no Capítulo V Cr$-5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

§ Único - O reajuste monetário das multas obedecerá ao que for estabelecido pela União.

Art. 43 - Esta Lei entrará em vigor 90(noventa) dias após sua sanção e promulgação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS, em 28 de janeiro de 1991.

AMÓS PEREIRA BRAGA
Prefeito Municipal